

PANO DE FUNDO

VI legislatura

AR deve discutir sobre qualidade de educação



“Acórdão do CC alertou-nos sobre a necessidade de revisão do pacote eleitoral”

Sérgio Vieira
Ex-deputado

Em termos de representatividade, a AR sempre mostrou-se capaz de ser representativa para os cidadãos moçambicanos. Em termos de legislação, a grande iniciativa vem do órgão executivo. Este órgão tem toda uma máquina capaz de lidar com todos os sectores, que por vezes as assembleias não têm.

Eu, pessoalmente, quando dirigi a Comissão dos Assunto Sociais na Assembleia Popular fiz a iniciativa da Lei do Mecenato e sobre a Lei dos Jogos de Fortuna e Azar, que depois foi muito alterada. Numa situação multipartidária de maioria absoluta, em que ela mesma toma a iniciativa

de fiscalização, é uma auto-crítica, e a Frelimo tem feito isso.

A AR deve continuar a ter os desafios como, por exemplo, discutir a questão da qualidade da educação e as políticas deste sector. Ainda, a questão dos recursos naturais, a sua distribuição, o Governo deve ser mais interventivo, se não Moçambique vai tornar-se numa massa em retalho em que todos os recursos do subsolo estão distribuídos às trans-nacionais e Moçambique não verá os rendimentos da sua exploração. Outra questão é o que o acórdão do Conselho Constitucional nos alertou sobre a necessidade de revisão do pacote eleitoral.

Muita das vezes os governadores, administradores não sabem qual é a aplicação dos planos de desenvolvimento. Eu penso que essa parte deve ser corrigida

AR deve reanalisar e rediscutir OE

“Deve-se fiscalizar a aplicação do plano de Estado”

Lutero Simango
Deputado do MDM



Uma das coisas importantes foi ter dirigido uma das maiores comissões especializadas e devo confessar que como presidente dessa comissão, tivemos um trabalho brilhante em prol do desenvolvimento de Moçambique.

Os grandes desafios que eu penso que a AR deve ter têm que ver com a reanálise e discussão do Orçamento do Estado. O Orçamento do Estado ainda é feito numa forma muito confusa.

Muita das vezes os governadores e administradores não sabem qual é a aplicação dos planos de desenvolvimento. Eu

penso que essa parte deve ser corrigida e a outra parte, que é muito mais difícil, deve fiscalizar a aplicação e execução do plano de Estado.

A AR deve discutir de forma séria a questão dos planos de desenvolvimento. E, por último, suponho que os deputados devem ter uma ética em que as suas discussões não se redundam nas suas cores partidárias, mas sim com as suas obrigações e missões.

As discussões devem ser dirigidas em prol do interesse e desenvolvimento nacional.

Precisamos ter uma imagem exterior muito mais positiva



“Penso que a legislatura 2004-2009 foi uma das mais produtivas”

Alfredo Gamito
Deputado

Faço um balanço positivo. Penso que a legislatura 2004-2009 foi uma das mais produtivas. A aprovação que fizemos este ano na legislação eleitoral; a aprovação da lei das AP; a aprovação do EGFAE; e a aprovação sobre o ordenamento do território e, especificamente, à parte que competia a minha comissão, fizemos um trabalho bestial.

Penso que no futuro deve haver um melhoramento da prestação quer na assistência técnica por parte dos deputados e da AR para que desenvolvam essa função

primordial de legislar e produzir instrumentos legais em Moçambique. O segundo desafio que eu coloco face à AR deve ser, cada vez mais, uma instituição que consolida a paz e a democracia, bem como a harmonia social. Precisamos de ter uma imagem exterior muito mais positiva, este é o macrodesafio que se coloca à AR.

Por outro lado, o facto de existir mais uma força política (MDM) bem estruturada, posicionada e atenta, vai dar uma contribuição positiva no desempenho político e democrático.

O facto de existir mais uma força política (MDM) bem estruturada, posicionada e atenta, vai dar uma contribuição positiva

Há défice de capacidade de fiscalização

“Na AR houve discussão viva dos deputados”

Jerónimo Malagueta
Deputado



O balanço é positivo dado que pudemos realizar os projectos que foram delimitados pela AR. Na AR houve discussão viva dos deputados, quer os no poder quer na oposição.

Há um défice na capacidade que o Parlamento tem para fiscalizar e eu deparei com este problema na pele, dado que para fazer uma fiscalização é preciso que os fiscalizadores estejam capacitados técnica e politicamente, e não só, mas também devem ter assessoria sobre como é que se deve fiscalizar. De facto, na ausência de todos

estes ingredientes nunca teremos uma fiscalização credível, séria, que seja capaz de fazer com que os governantes especiais sejam estritamente, rígida e rigorosamente fiscalizados. É preciso que se dê poderes reais à AR.

Todas as comissões especializadas devem ter uma assessoria especializada para a sua área, de modo que sejam mais produtivos. Os governantes aproveitaram-se dessas fragilidades para passearem a sua classe, porque sabiam que os parlamentares não possuíam capacidades para fiscalizar. ■